

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.055 - SC (2019/0203553-1)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EXECUÇÕES FISCAIS ACIDENTES DO TRABALHO E REGISTROS
PÚBLICOS DE ITAJAÍ - SC
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DE DOIS IRMÃOS - RS
INTERES. : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : GUSTAVO BAPTISTI LUDWIG - RS042355
INTERES. : FLAVIO ONORICO SOARES KNIPHOF
ADVOGADOS : DANI ALVES SILVEIRA - RS078881
JOÃO VOLMAR DINIZ SILVEIRA - RS087842

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o Juízo de Direito da Fazenda Pública, Execuções Fiscais, Acidentes de Trabalho e Registros Públicos de Itajaí/SC, suscitante, e o Juízo de Direito de Dois Irmãos/RS, suscitado, que se declararam incompetentes para julgar execução fiscal ajuizada pelo Estado do Rio Grande do Sul contra Flávio Onorico Soares Kniphoff.

O Juízo de Direito de Dois Irmãos - RS declinou da competência diante da constatação de que a parte executada reside em outro estado da Federação, e o foro da execução fiscal seria definido pelo domicílio do devedor, nos termos do art. 46, § 5º, do CPC/2015.

O Juízo de Direito da Fazenda Pública, Execuções Fiscais, Acidentes de Trabalho e Registros Públicos de Itajaí - SC, por sua vez, suscitou o conflito ao argumento de tratar-se de competência relativa, não se conferindo ao Juízo de origem decliná-la de ofício.

Às e-STJ, fls. 107-108, a Ministra Maria Thereza de Assis Moura, no exercício da Presidência do Superior Tribunal de Justiça, prolatou decisão liminar por meio da qual se elegeu o Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública, Execuções Fiscais, Acidentes de Trânsito e Registros Públicos de Itajaí/SC como competente para a deliberação sobre medidas de urgência que o feito demandar, até que se defina, no mérito, a jurisdição sob a qual a ação de cobrança deve ser processada e julgada.

O Estado do Rio Grande do Sul interpôs agravo interno aduzindo que, a despeito de lhe ser favorável a decisão exarada pelo Juízo provisório no sentido de manter o bloqueio dos valores penhorados via Bacenjud, deveria ser declarada a competência do Juízo de Dois Irmãos/RS para o processamento não só de medidas de urgência como também da própria execução fiscal, paralisada em virtude do presente conflito de competência.

O Ministério Público Federal, por meio do parecer de e-STJ, fls. 139-143, opinou pelo provimento do agravo interno no conflito para declarar competente o Juízo suscitado.

É o relatório.

Conheço do conflito, porquanto a controvérsia foi instaurada entre Juízes vinculados a tribunais distintos (CF, art. 105, I, "d").

Nos termos do art. 43 do CPC/2015, "determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta".

Dessa forma, tratando-se de hipótese de competência relativa, deve ser observada a regra da estabilização da competência, evitando-se, assim, a alteração do lugar do processo toda vez que houver modificações supervenientes do estado de fato ou de direito.

Com adaptações, vale conferir a Súmula 58/STJ: "Proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado não desloca a competência já fixada."

Além disso, à vista do disposto no art. 65, *caput*, do CPC/2015, será prorrogada a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar.

Essa é a inteligência da Súmula 33/STJ, que enuncia: "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício."

Confirmam-se os seguintes julgados:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. REQUERIMENTO DO EXEQUENTE PARA DESLOCAMENTO DO FEITO A OUTRO JUÍZO. INADMISSIBILIDADE.

- Não mais se interessando pelo prosseguimento do processo onde pediu a execução, cabe ao exequente requerer a desistência e não apenas a remessa dos autos, se nem houve exceção declinatória de foro.

(CC 1.717/PA, Rel. Min. HÉLIO MOSIMANN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJU 13/5/1991)

COMPETÊNCIA - EXECUÇÃO FISCAL - FORO DO DOMICÍLIO DO DEVEDOR.

Proposta corretamente a execução no foro do domicílio do devedor, não poderia o MM. Juiz suscitado acolher requerimento do exequente e encaminhar o processo a outro juízo.

(CC 8.981/AP, Rel. Min. GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJU 1º/8/1994)

PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - EXECUÇÃO FISCAL - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - NÃO-LOCALIZAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA EXECUTADA NO ENDEREÇO INDICADO - DECLINAÇÃO DA COMPETÊNCIA PARA O ENDEREÇO DO SÓCIO RESPONSÁVEL - IMPOSSIBILIDADE - COMPETÊNCIA TERRITORIAL SÓ ARGÜIDA POR MEIO DE EXCEÇÃO - PRECEDENTES.

1. Na linha dos precedentes desta Corte, a competência se estabelece no

momento da propositura da ação. (arts. 87 e 578 do CPC).

2. Não há distinção a ser feita apenas por se tratar de execução fiscal movida em face de pessoa jurídica não encontrada no endereço indicado para citação.

3. Não pode a execução ser redirecionada de ofício ou a requerimento da exequente para o domicílio de representante legal da executada.

4. Competência territorial, que é relativa, só se altera com ação declinatória de foro (art. 112 CPC) a ser movida pelo executado. Leitura dos verbetes 33 e 58 do STJ.

5. Permanece competente o juízo suscitado, onde a ação foi inicialmente proposta.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no CC 33.052/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, DJ 2/10/2006)

EXECUÇÃO FISCAL. COMPETÊNCIA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE REMESSA DOS AUTOS À COMARCA DE ITÁPOLIS, VEZ QUE INCIDENTE NO CASO O PRINCÍPIO DA PERPETUAÇÃO DA JURISDIÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 87, DO CPC. SÚMULA 83/STJ.

1. Trata-se de ação em que busca o recorrente desconstituir acórdão que não reconheceu a mudança dos autos da comarca de Baurú para Itápolis.

2. Conforme prevê o art. 87 do CPC, não se tratando de extinção do órgão ou de modificação de competência absoluta (material ou funcional), deve o presente feito permanecer na vara de origem.

3. Portanto, aplicável, *in casu*, o princípio da perpetuação da jurisdição (*perpetuatio jurisdictionis*), consignado no art. 87 do CPC, consoante o qual a competência processual, restando cristalizada quando do ajuizamento da demanda, não admite modificação, salvo hipóteses excepcionalmente previstas em lei, no geral referentes à competência absoluta, é dizer, determinada em razão da matéria, da pessoa ou da hierarquia funcional' (CC 37.401/SP, Relator Ministro JORGE SCARTEZZINI, DJ 20.06.2005).

4. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual não merece prosperar a irresignação. Incide, *in casu*, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ: 'Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.'

5. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.676.476/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 11/10/2017)

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar competente o Juízo de Direito de Dois Irmãos/RS, o suscitado.

Outrossim, julgo prejudicado o agravo interno manejado pelo Estado do Rio Grande do Sul às e-STJ, fls. 112-119.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator